

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Autora: KÁTIA TAMARA LUIZ

**A PRESENÇA DO GRUPO POSITIVO NA EDUCAÇÃO DE
MUNICÍPIOS PAULISTAS (2001 - 2010)**

Campinas - SP

2012

Autora: KÁTIA TAMARA LUIZ

**A PRESENÇA DO GRUPO POSITIVO NA EDUCAÇÃO DE
MUNICÍPIOS PAULISTAS (2001 - 2010)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos para conclusão da graduação, na área de concentração Políticas, Administração e Sistemas Educacionais.

Orientadora: THERESA MARIA DE FREITAS ADRIÃO

Campinas - SP

2012

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

L968p

Luiz, Kátia Tamara, 1987-

A presença do grupo Positivo na educação de municípios paulistas / Kátia Tamara Luiz. – Campinas, SP: [s.n.], 2012.

Orientador: Theresa Maria de Freitas Adrião.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) –
Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Educação.

1. Grupo Empresarial Positivo. 2. Sistemas
educacionais. 3. Parceria público-privada. I. Adrião,
Theresa Maria de Freitas, 1965- II. Universidade Estadual
de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

12-268-BFE

Aos meus pais, Rose e Valter, à minha irmã Aline,

"Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver no Universo...
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer
Porque eu sou do tamanho do que vejo
E não, do tamanho da minha altura..."

Alberto Caeiro

Às minhas amigas, Aline Sprite, Naira Rocha e Cássia Costa

"Meus amigos são todos assim: metade loucura, outra metade santidade. Escolho-os não pela pele, mas pela pupila, que tem que ter brilho questionador e tonalidade inquietante. Escolho meus amigos pela cara lavada e pela alma exposta. Não quero só o ombro ou o colo, quero também sua maior alegria. Amigo que não ri junto, não sabe sofrer junto. Meus amigos são todos assim: metade bobeira, metade seriedade. Não quero risos previsíveis, nem choros piedosos. Quero amigos sérios, daqueles que fazem da realidade sua fonte de aprendizagem, mas lutam para que a fantasia não desapareça. Não quero amigos adultos, nem chatos. Quero-os metade infância e outra metade velhice. Crianças, para que não esqueçam o valor do vento no rosto, e velhos, para que nunca tenham pressa. Tenho amigos para saber quem eu sou, pois vendo-os loucos e santos, bobos e sérios, crianças e velhos, nunca me esquecerei de que a normalidade é uma ilusão imbecil e estéril"

Fernando Pessoa

Ao Leandro, meu amor,

"Quando olho em seus olhos
É como observar o céu de noite
Ou um belo amanhecer
Eles carregam tanta coisa
E como as estrelas antigas
Vejo que você evoluiu muito
Para estar bem onde está
Qual a idade da sua alma?"
I won't give up - Jason Mraz

E ao meu melhor amigo E.S.D.

"Quando se ama não é preciso entender o que se passa lá fora,
pois tudo passa a acontecer dentro de nós"
Clarice Lispector

AGRADECIMENTOS

Toda minha formação nesta instituição, como acredito que a de muitos outros, foi travada por grandes batalhas, lutas, quedas e conquistas. Por vezes tive vontade de largar tudo e correr para o colo de minha família. Mas foi logo esta que nunca me deixou desanimar. À ela ficam os meus mais sinceros agradecimentos, pois sem o incentivo de minha mãe e amiga Rose, a qual não importava a dificuldade sempre me colocava “para cima” dizendo que eu era capaz; de meu pai sempre preocupado com o meu bem estar e tranquilidade; e de minha irmã com seu companheirismo e amor. Vocês foram fundamentais em minha formação como educadora.

Às minhas amigas que independente das brigas e conflitos sempre estiveram ao meu lado mesmo quando não concordavam com minhas decisões. Nunca se apartaram e se por vezes as vi distantes sei que foi pelo sofrimento que eu as causava ao me verem me machucando tanto. Obrigada pela amizade incondicional de vocês!

Ao meu amigo, companheiro e eterno namorado Leandro que mesmo longe me incentivava com palavras de ânimo para a conclusão desse trabalho. Seu companheirismo foi essencial para essa conclusão de curso.

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/Unicamp), pelo financiamento de minha pesquisa de Iniciação Científica que resultou neste Trabalho de Conclusão.

Agradeço imensamente, à minha professora e orientadora Prof^a Dra^a Theresa Maria de Freitas Adrião pela paciência, pelas críticas, pelos puxões de orelha e leituras sempre atentas aos meus trabalhos. Claro que há muito a aprender ainda, mas com você dei meus primeiros passos na pesquisa. Obrigada professora!

À Cássia Domiciano, também integrante do Greppe/Unicamp, por aceitar o convite para ser a segunda leitora deste trabalho e por suas leituras sempre atentas a este e aos meus outros trabalhos.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (Greppe/Unicamp), pelas contribuições nas leituras de meus trabalhos primeiramente de Iniciação Científica e agora com esse Trabalho de Conclusão. Sou grata pelas críticas que no momento desorientaram-me, mas que depois me fizeram amadurecer academicamente. Muito Obrigada!

À Denise Pinheiro, companheira do Greppe (Rio Claro), por ter me acompanhado na

visita à Editora Positivo em Curitiba.

Agradeço, especialmente, às minhas colegas de Iniciação Científica pelos compartilhamentos e dúvidas durante nossas Iniciações Científicas. Aprendemos e continuamos a aprender nesse imenso e difícil caminho que é a pesquisa educacional. Coragem e resistência minhas professoras, são as palavras que deixo!

"Se as coisas são inatingíveis,
isso não é motivo para não querê-las."

Mário Quintana

Resumo

Este trabalho resulta da pesquisa de Iniciação Científica, financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UNICAMP). Integrou a pesquisa "Sistemas apostilados de ensino e municípios paulistas: o avanço do setor privado sobre a política educacional local", financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Educacional (Greppe/ Unicamp) sob orientação da Prof^ª Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião. Suas questões foram resultado de pesquisa interinstitucional coordenada pela mesma docente e concluída em 2009. Em parte tais questões nortearam o objetivo geral do presente trabalho que foi **mapear e caracterizar o processo de crescimento do Grupo Positivo**. Pretende-se apresentar aqui a caracterização do grupo empresarial Positivo, bem como sua atuação junto aos municípios paulistas, efetuada por meio de parcerias entre administrações municipais e o Grupo empresarial para a adoção do "Sistema Aprende Brasil" no período de 2001 a 2010.

Palavras-Chave: Grupo Empresarial Positivo. Sistema privado de ensino. Parceria público-privada.

Lista de Siglas

APM - Associação Pais e Mestres

BM - Banco Mundial

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CF - Constituição Federal

CLP - Centro de Línguas Positivo

COC - Curso Osvaldo Cruz

EMEI's - Escolas Municipais de Educação Infantil

FAPESP - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo

FEUSP - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de São Paulo

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

GREPPE - Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Educacional

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

MEC - Ministério da Educação

MINICOM - Ministério das Comunicações

ONU - Organização das Nações Unidas

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

SABE - Sistema Aprende Brasil de Ensino

SEE - Secretaria Estadual de Educação

SIMEB - Sistema de Monitoramento Educacional do Brasil

SPE - Sistema Positivo de Ensino

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UNICEMP - Centro Universitário Positivo

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Produtos e Serviços Oferecidos.....	35
Tabela 2 - Municípios que adotam/adotaram o Sistema Aprende Brasil de Ensino no período de 2002 a 2010.....	37
Tabela 3 - Municípios que iniciaram suas “parcerias” em anos previamente determinados....	40

Sumário

Apresentação.....	13
CAPÍTULO 1 - Um caminhar para entrega da gestão educacional à esfera privada.....	15
1.1- Reforma administrativa do Estado Brasileiro - indicações a partir dos anos 1990.....	15
1.2- Municipalização da educação em São Paulo.....	21
CAPÍTULO 2 - Grupo Empresarial Positivo.....	27
2.1 - Apontamentos sobre a constituição do Grupo empresarial até 2010.....	27
2.2 - Estrutura Organizacional do Grupo Positivo.....	30
2.3 - Atuação junto ao Setor Privado.....	31
2.4 - Atuação junto ao Setor Público.....	32
CAPÍTULO 3 - Sistema Aprende Brasil de Ensino (SABE).....	34
Considerações Finais.....	43
Referências.....	47

Apresentação

Este trabalho intitulado "A presença do Grupo Positivo na educação de municípios paulistas" resulta da pesquisa de Iniciação Científica, financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UNICAMP). Integrou a pesquisa "Sistemas apostilados de ensino e municípios paulistas: o avanço do setor privado sobre a política educacional local", financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Educacional (Greppe/ Unicamp) sob orientação da Prof^a Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião. A pesquisa de Iniciação Científica que agora se transforma neste Trabalho de Conclusão de Curso objetivou dar continuidade a questões levantadas em pesquisa interinstitucional anterior¹ concluída em 2009. Em parte tais questões nortearam o objetivo geral do presente trabalho que foi mapear o processo de crescimento do Grupo Positivo em especial na sua área educacional. Os objetivos específicos, assim, foram caracterizar o grupo empresarial Positivo, bem como sua atuação junto aos municípios paulistas, efetuada por meio de parcerias entre administrações municipais e o Grupo empresarial para a adoção do "Sistema Aprende Brasil" no período de 2001 a 2010.

A escolha do Grupo Positivo se explica por mapeamento realizado para os anos de 1996 - 2006 em pesquisa coordenada por Adrião (2009, p.133) no qual destacou-se como um dos grupos com maior presença/atuação junto aos municípios no estado de São Paulo, razão pela qual este grupo se constituiu como um dos três a ser investigado pelo projeto "Sistemas apostilados de ensino e municípios paulistas: o avanço do setor privado sobre a política educacional local", ao qual se vinculou esse TCC.

Justifica-se o recorte destes anos com a relação de duas gestões municipais, iniciando no primeiro ano de aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e com término no ano de início desta pesquisa, uma vez que foi este o período definido pelo projeto ao qual esta investigação se vincula. O projeto parte do pressuposto de que foi a partir da implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº101/2000, a qual regulamentou a Emenda Constitucional nº19 de 04 de junho de 1998, e delimitou os gastos do poder público fixando o gasto com pessoal em 60% dos orçamentos públicos, que se deu o aprofundamento das parcerias entre as redes educacionais municipais e o setor privado, especialmente na

¹ Pesquisa intitulada "Estratégias municipais para a oferta da educação básica: uma análise das parcerias público-privado no estado de São Paulo", financiada pela FAPESP, coordenada pela Prof^a. Dr^a. Theresa Maria de Freitas Adrião (Unicamp – Campinas) e integrada pelas pesquisadoras Prof^a. Dr^a. Lisete Arelaro (USP – São Paulo), Prof^a. Dr^a. Raquel Borghi (Unesp – Rio Claro), Prof^a. Dr^a. Teise Garcia (USP – Ribeirão Preto).

compra e venda de sistemas privados de ensino. (ADRIÃO, 2011)

Para a consecução destes objetivos, a metodologia adotada foi a pesquisa documental tanto primária quanto secundária. Recorreu-se, então, à pesquisa aos endereços eletrônicos² do Grupo, aos materiais impressos concedidos pela Editora Positivo, às notícias sobre o Grupo na imprensa escrita de âmbito nacional, à visita à Editora Positivo e as informações disponíveis no Banco de Dados Parceria Público-Privadas³ desenvolvido pelo Greppe/Unicamp.

A visita à Editora Positivo, embora tenha proporcionado o conhecimento in loco das condições em que a produção das apostilas se realiza e tenha nos garantido (a mim e à mestrande Denise Pinheiro) o acesso a alguns materiais impressos - folders - de divulgação das atividades do Grupo Positivo, não nos foi permitido pela Editora a realização de entrevistas com os funcionários. Ocorreram conversas informais - sem gravação - durante a apresentação da Editora e do material pela funcionária que nos recebeu, mas nada além do que já estava disponível nos endereços eletrônicos do Grupo. Não foram cedidos exemplares de apostilas destinadas às escolas públicas nem material destinado às escolas privadas para análise.

Em relação a estrutura do trabalho, este se encontra dividido em três capítulos. O primeiro busca apresentar o contexto que levou até as privatizações na esfera da educação, em especial, no estado de São Paulo. O segundo apresenta a constituição do Grupo Positivo, bem como seu crescimento e suas formas de atuação tanto junto ao setor privado quanto ao setor público. A apresentação do Sistema Aprende Brasil de Ensino (SABE), sistema privado de ensino destinado exclusivamente às escolas públicas, por sua vez aparece no terceiro capítulo e logo após deste se encontram as considerações finais.

²<http://www.positivoinformatica.com.br/www/pessoal/>; <http://www.editorapositivo.com.br/editora-positivo/home.html>; <http://www.colegiopositivo.com.br/>; <http://www.posigraf.com.br/home/>; <http://www.educacional.com.br/home.asp>; <http://www.aprendebrasil.com.br/>; <http://www.portaluniversitario.com.br/>; <http://www.portalpositivo.com.br/>.

³ Acesso está disponível em: <http://www.fe.unicamp.br/greppe/bd/pesquisas/pesqdados.php>

CAPÍTULO 1 - Um caminhar para entrega da gestão educacional à esfera privada

1.1- Reforma do Estado Brasileiro

Este capítulo pretende contextualizar a venda de sistemas privados de ensino aos municipais paulistas, buscando traçar, embora de forma breve, o caminho que levou até estas privatizações na educação pública em especial nos municípios do estado de São Paulo. Para tanto faz-se necessário lembrarmos alguns pontos sobre a Reforma do Estado Brasileiro, a qual se iniciou no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Neste governo, segundo Bresser Pereira (1998) o então presidente da República transformou a Secretaria de Presidência em um novo ministério, o da Administração Federal e Reforma do Estado. Para Bresser Pereira o termo reforma do estado nesta nova denominação não se tratava apenas de aumentar as delegações do mesmo, mas indicar como prioridade a reforma ou a reconstrução do Estado. Para Cardoso tal reforma era emergencial a fim de que o país se adequasse as novas demandas do mundo globalizado.

Bresser Pereira (1998) defende que este pensamento originou-se quando se percebeu que a ideia de Estado Mínimo proposta pelo neoliberalismo era irreal. Os governos de países altamente endividados conseguiram, a partir da ideia neoliberal de estado mínimo, superar os aspectos agudos da crise controlando o balanço de pagamentos, diminuindo as taxas de inflação e recuperando um pouco da credibilidade destes países, entretanto, não se conseguiu retornar ao crescimento econômico da década de 1970.

Primeiramente, nas palavras de Bresser Pereira, isto porque os cidadãos continuavam a exigir mais do Estado do que apenas acrescentar “às suas funções as de prover a educação e dar atenção à saúde e políticas sociais compensatórias” (PEREIRA, 1998a, p.22). Assim, o Estado Mínimo não teria legitimidade política segundo o autor. Em segundo lugar, porque se percebeu que no capitalismo contemporâneo as políticas públicas possuíam papel fundamental e se tornava, então, irreal propor que estas fossem substituídas pela coordenação do mercado. E como último e mais importante motivo que o ministro coloca é que aquela crise, evitada apenas por países do Leste e Sudeste da Ásia, foi “uma crise fiscal do Estado, uma crise do tipo de intervenção estatal e uma crise da forma burocrática de administração do Estado” (PEREIRA, 1998a, p. 23).

Adrião e Peroni (2009) defendem que este raciocínio de atribuir a crise do capital a uma crise fiscal e a um modo de intervenção do estado considerando se tratar apenas de problemas administrativos de Estado somente ignora o fato de se tratar de uma crise de

âmbito mundial. Acerca disto Peter Spink, também defensor da reforma, ressalta que, longe de se tratar de um quadro específico brasileiro, reformas como esta estavam sendo subsidiadas pelo Banco Mundial (BM) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na década de 1990 na América Latina, claro que cada país com suas especificidades (SPINK, 1998, p. 141). Para além dos países latinos, os países nos quais a mudança na administração pública apareceu de forma mais profunda foram no Reino Unido, na Nova Zelândia e Austrália nos anos de 1980. (PEREIRA, 1998b, p. 242).

A este respeito Adrião (2006) cita o próprio Banco Mundial:

Embora o Estado ainda tenha um papel central na provisão e garantia de serviços básicos - educação , saúde e infraestrutura -, não é óbvio que deva ser o único provedor, ou mesmo que deva ser provedor. As decisões do Estado em relação à provisão, financiamento e regulamentação desses serviços devem basear-se nas vantagens relativas dos mercados, da sociedade civil e dos órgãos do governo. (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 28 apud ADRIÃO, 2006, p.44).

Seguindo orientações do BM as ações do Estado se destinam a uma divisão das atividades do Estado e dependendo da atividade seriam necessários diferentes modelos de administração. As atividades do Núcleo Estratégico seriam o Legislativo, o Judiciário, a Presidência, a cúpula dos ministérios e o Ministério Público que seriam de propriedade estatal e sua forma administrativa poderia variar entre o burocrático e o gerencial; das atividades exclusivas fariam parte os serviços de regulamentação, a segurança pública, as empresas de fomento, a seguridade social básica e a fiscalização, estes seriam oferecidos pelo Estado e sua forma de administração seria a gerencial; os serviços não exclusivos, por sua vez, tratam-se das Universidades, hospitais, centros de pesquisa, museus e são "serviços oferecidos pelo Estado, mas que, por não se relacionarem diretamente com o poder do Estado, podem ser oferecidas pelo setor privado e pelo 'público-não-estatal' " administrado pela forma gerencial. Restando agora o setor de produção de bens e serviços ou produção para o mercado que é da responsabilidade do setor privado e administrado pelo modelo gerencial. (ADRIÃO, 2006, p. 37)

Adrião e Peroni (2009) apontam duas consequências decorrentes desta visão. Uma é a defesa pelo Estado de um padrão de qualidade do mercado e a outra que o Estado não deveria mais ser o responsável pela execução de políticas públicas.

Para Bresser e Spink, proponentes da reforma da gestão pública:

Mudar o Estado significa, antes de tudo, abandonar visões do passado de um Estado assistencialista e paternalista, de um Estado que, por força de circunstâncias, concentrava-se em larga medida na ação direta para a produção de bens e de serviços. Hoje, todos sabemos que a produção de bens e serviços pode e deve ser transferida à sociedade, à iniciativa privada, com grande eficiência e com menor custo para o consumidor. (PEREIRA, SPINK, 1998, p. 15).

Nessa direção, diversos estudos (Adrião (2006); Bezerra (2008); Adrião (2011)) indicam que a Reforma no Brasil tinha por função transferir para outros agentes da sociedade civil a gestão do oferecimento e manutenção de alguns serviços e bens, anteriormente, mantidos pelo Estado. Como afirma Adrião (2006):

A reforma proposta pelo autor [Bresser Pereira] baseia-se fundamentalmente na defesa da administração pública gerencial, segundo a qual todo indivíduo, além de cidadão, é consumidor de serviço público, o que implicará a necessidade de mudar as formas de organização e gestão do Estado. Para tanto, Pereira propõe como ideia central a descentralização ou a delegação de atribuições ou desconcentração e autonomia para as unidades prestadoras de serviço. (ADRIÃO, 2006, p. 36)

A Reforma, então, definia como prioritárias a reforma fiscal, a reforma da previdência social e eliminação dos monopólios estatais e o ministro da Reforma, juntamente com Spink, defendeu a inclusão da reforma administrativa a fim de tornar:

o serviço público mais coerente com o capitalismo contemporâneo, que permita aos governos corrigir falhas de mercado sem incorrer em falhas maiores. (PEREIRA, SPINK, 1998, p.23).

Ambos autores ainda afirmaram que para a construção de uma:

administração moderna e eficiente, compatível com o capitalismo competitivo em que vivemos, seria necessário flexibilizar o estatuto da estabilidade dos servidores públicos de modo a aproximar os mercados de trabalho público e privado. (PEREIRA, SPINK, 1998, p.20).

Em contraposição, partindo da tese de que o capitalismo vive sua fase de "agudização de sua crise estrutural" Adrião e Peroni (2009) citando Harvey (1989, 2005) afirmam que:

é bom que se diga que tais tentativas apresentam, em nosso entender, um prazo de validade relativamente curto, pois ignoram a natureza estrutural e estruturante das crises no capitalismo (ADRIÃO E PERONI, 2009, p. 108).

Focalizando o que consideram ser a verdadeira origem da crise para a forma de intervenção do Estado, a crise fiscal, Adrião e Peroni (2009) citando Peroni (2006) alertam que tais alterações no aparato estatal redefinem o papel do Estado e a relação deste com o mercado e, conseqüentemente, com a sociedade:

a responsabilidade pela execução das políticas sociais deve ser repassada para a sociedade: para os neoliberais através da privatização (mercado), e para a Terceira Via pelo público não-estatal (sem fins lucrativos). (PERONI, 2006, p. 14 apud ADRIÃO E PERONI, 2009, p. 109)

O Estado deixa de ser provedor de políticas públicas e passa a ser indutor das mesmas. A isto se chama quase mercado, pois:

a propriedade permanece estatal, mas a lógica de mercado é que orienta sua gestão, principalmente por acreditar que o mercado é mais eficiente e produtivo que o Estado, aspecto da teoria neoliberal partilhado pela Terceira Via. (ADRIÃO E PERONI, 2009, p. 110)

Dando continuidade ao alerta, Adrião (2011) esclarece mais alguns pontos a cerca a inserção da lógica de mercado no setor público:

o aumento da eficiência do Estado resultaria da introdução de mecanismos da gestão privada em seu funcionamento, uma vez que nem todas as ações do Estado podem ou devem ser transformadas em mercadoria. Para estes casos, especialmente identificados com as esferas da educação, da saúde e da assistência, a pauta da reforma previa basicamente três estratégias: a introdução de mecanismos competitivos na gestão pública (premiação por desempenho; "ranquiamentos" etc.); a transformação de instituições estatais em uma modalidade de instituição privada sem fins lucrativos inaugurando uma esfera "pública não estatal" financiada pelo Estado e gerida

privadamente e a terceira correspondendo à transferência para o setor privado “não lucrativo” da oferta de determinado serviço estatal em geral também financiado pelo Estado. (ADRIÃO 2011).

À continuidade da reforma, Bresser Pereira e Spink (1998) defendem que se fazia necessário alterar o modelo administrativo. Pois, embora a administração burocrática tivesse respondido às necessidades que a sociedade capitalista necessitava, no período das monarquias absolutas, em contrapartida ao antigo patrimonialismo que confundia o público com o privado, ela não se mostrou eficiente para o:

Estado social e econômico do século XX, [o qual assumiu] um número crescente de serviços sociais - educação, saúde, cultura, previdência a assistência social, pesquisa científica - e de papéis econômicos - regulação do sistema econômico interno e das relações econômicas internacionais, estabilidade da moeda e do sistema financeiro, provisão de serviços públicos e de infraestrutura -, nesse momento, o problema da eficiência tornou-se essencial. (PEREIRA, SPINK, 1998, p. 242).

Segundo Pereira (1998), a administração burocrática longe de cumprir a proposta da reforma administrativa promovida por Maurício Nabuco e Luiz Simões Lopes de 1936, reforma esta baseada nos princípios do mérito profissional de Max Weber, não conseguiu se desvincular do patrimonialismo completamente ao preferir o recrutamento de administradores através de suas empresas estatais ao invés da redefinição de carreiras e da abertura de concursos públicos impossibilitando a construção de uma “burocracia civil forte” no Brasil. (Bresser Pereira, 1998, p. 239).

A fim de facilitar o olhar para o caso brasileiro, pretende-se aqui apresentar e relacionar com o Brasil a crise ao modelo burocrático no caso inglês. Para tanto, Fernando Abrucio (1998) citando o caso Inglês aponta três perspectivas de gestões contrárias ao modelo burocrático, as quais são: o "gerencialismo puro" baseado no aumento da produtividade do setor público com a diminuição dos gastos; o consumerism, o qual centra-se nas avaliações externas de desempenho e da produtividade; e o public service orientation (construção da esfera pública), o qual se pauta na defesa da esfera pública e dos espaços de participação dos cidadãos, bem como do aprendizado político proveniente destes espaços . O autor adverte, entretanto, que não há obrigatoriedade da presença única e pura de cada perspectiva separadamente, podendo se encontrar em um mesmo Estado mais de uma característica de

uma perspectiva ou de outra. (ABRUCIO, 1998)

Adrião (2006) citando o autor resume três medidas adotadas pelo governo britânico:

a desconcentração administrativa, o incentivo à concorrência entre as organizações públicas e um novo modelo contratual para os serviços públicos. Esta última medida implica uma nova estrutura de pluralismo institucional, contraposta ao monopólio estatal, apoiada na descentralização, na delegação de autoridade, na introdução de mecanismos de quasi market e no estabelecimento de contratos de qualidade entre os prestadores de serviços e os consumidores/ clientes. (ADRIÃO, 2006, p.49)

As relações ao "gerencialismo puro" que se pode fazer a partir do caso brasileiro são:

- a preocupação com o aumento da produtividade por meio da diminuição dos gastos no setor público. Para o plano, essa equação é solucionada mediante a correlação entre crise fiscal e aumento de gastos com atividades e inativos, o que resulta nas propostas de alteração na carreira e na previdência dos funcionários públicos;
- a necessidade de se definirem claramente os objetivos organizacionais e funcionais a serem alcançados. No caso brasileiro isto está expresso, do ponto de vista das organizações, no pré-estabelecimento de objetivos para cada tipo de atividade que compõe o aparelho do Estado e, do ponto de vista do funcionário, na aferição de seu desempenho em função dos objetivos estabelecidos e para as organizações. (ADRIÃO, 2006, p. 50)

As possíveis relações ao segundo modelo - consumerism- são:

- avaliação externa de desempenho da organização e do funcionários, embora não necessariamente a partir da ótica dos clientes/cidadãos;
- alteração nas formas de controle por meio da mudança de foco. Da avaliação centrada nos processos para um modelo que visa os resultados, tidos como elementos necessários à construção de indicadores de produtividade;
- a desconcentração administrativa expressa na necessidade de diminuição dos níveis hierárquicos;
- a introdução da concorrência entre unidades internas;
- a pluralidade institucional, representada pela própria configuração do aparelho do Estado proposta no plano;
- a delegação de autoridade para os serviços não-exclusivos e atividades exclusivas, via aumento da autonomia para gestão dos recursos e consequente responsabilização das organizações e de seus funcionários sobre os resultados;
- a criação de organizações públicas não-estatais poderia ser

classificada como um mecanismo de "quase-mercado", pois, para seus proponentes, aquelas organizações não integrariam o mercado, porém disputariam no mercado vantagens adicionais. (ADRIÃO, 2006, p. 51)

Pensando na educação no estado de São Paulo pode-se verificar relações como avaliações externas de desempenho tanto dos professores quanto dos alunos; alteração nas formas de controle do trabalho escolar; incentivo a introdução de concorrência entre unidades internas com o ranquiamento, por exemplo, de unidades escolares a partir de dados obtidos em avaliações nacionais e estaduais; e delegação de autoridade e autonomia para esferas locais e a posterior responsabilização destes dos resultados obtidos.

1.2- Municipalização da educação em São Paulo.

Dando continuidade a estas mudanças na administração pública, a Reforma do Estado previa a descentralização administrativa, transferindo para esferas locais o oferecimento de alguns serviços, dentre estes a educação.

No Estado de São Paulo o Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual (Decreto n. 40.473), foi o documento utilizado para organizar este trabalho de descentralização que acabou culminando na municipalização do ensino fundamental (ADRIÃO, 2008, p. 81).

Segundo a Secretaria Estadual de Educação (SEE) a proposta principal era a oferta de equipamentos diferenciados para os quatro primeiros anos do ensino fundamental e para as quatro seguintes. A obrigatoriedade do ensino de oito anos, o qual atingia apenas 50% da população infantil ingressante; ou a afirmativa de que a escola que atendia as oito séries do ensino fundamental "comprovadamente gera problemas pedagógicos sérios"; e ainda a defesa da tese de que agrupamentos de crianças com idades próximas seriam mais produtivos para o trabalho pedagógico são algumas das justificativas da SEE para a realização do programa. (Adrião, 2008, p. 81).

O objetivo, de acordo com o decreto, seria garantir a escolarização de oito anos e melhorar o atendimento pedagógico por meio da adoção de iniciativas como sala ambiente, laboratórios e espaços adequados às diferentes série/idade. Chama a atenção o detalhamento do modelo de escola que o governo desejava implementar, ao mesmo tempo em que divulgava a necessidade de ampliação da autonomia para as escolas, inclusive pedagógica, como condição para a melhoria da qualidade do ensino (ADRIÃO, 2008, p. 82).

Adrião (2008, p.84) destaca que esta melhoria parecia significar a diminuição da oferta da educação infantil na medida em que o decreto propunha a utilização dos equipamentos de educação infantil - Escolas Municipais de Educação Infantil [EMEIS] - para abrigar as séries iniciais diminuindo paulatinamente o atendimento da primeira etapa da educação básica.

A gestão de Mário Covas (1995 - 1998) foi crucial neste processo de desenvolvimento e concretização da municipalização no estado de São Paulo. A divulgação das Diretrizes e Educacionais para o Estado de São Paulo, pela secretária da educação professora Teresa Roserley Neubauer da Silva, apresentou posições consolidadas de reforma na educação básica como algumas agências internacionais, como o Banco Mundial, já haviam sugerido. (ADRIÃO, 2008)

Segundo Adrião (2008):

Em dezembro de 1995, o Decreto n. 40.510 ampliou para 5 horas o trabalho diário com os alunos do período diurno. No mesmo dia, pela Resolução n. 265, de 4/12/95, a SEE define a sistemática de “remanejamento” de alunos e professores para, no ano seguinte, implantar a reorganização das escolas: os alunos seriam remanejados para unidades escolares selecionadas de acordo com as propostas apresentadas pelas esferas governamentais locais. (ADRIÃO, 2008, p. 85)

Em 1996 a Secretaria Estadual de Educação (SEE), pela Resolução n. 169, de 20/12/96, remete às Coordenadorias do Estado as novas escolas que seriam reorganizadas. A partir desses mecanismos de reutilização dos equipamentos estaduais para fins da municipalização do ensino no Estado houve uma drástica redução das escolas estaduais, as quais de 6.783 unidades em 1995 apenas 5.919 funcionavam em 1998. (Adrião , 2008, p. 85)

Segundo Arelaro (1999) :

pode-se afirma não só que houve redução de turnos das escolas, o que poderia significar potencial melhoria das condições de funcionamentos e de trabalho pedagógico, mas mais do que isso, que houve surpreendente redução do número de escolas estaduais (no total, 864), que por sua vez traduziriam a denúncia que tem sistematicamente sido feita de que, ao lado da argumentação positiva da redução dos períodos de funcionamentos, deuse, de forma concomitante, expressivo aumento do número de alunos em cada sala de aula, em todos os períodos de funcionamento escolar, com significativa redução no número de professores - em torno de 50.000 desde o início do Governo Covas/Neubauer. (ARELARO, 1999, p. 87)

Borja (1987), afirma que, ao contrário do que o neoliberalismo possa propalar, ele não descentraliza o Estado, antes diminui os recursos e as competências dos poderes locais, bem como seus meios e autonomia de funcionamento. Ao contrário de provocar a descentralização o "caráter tecnocrático-centralizador do Estado aumenta, assim como a distância das classes populares em relação às instituições políticas como poder de decisão" (BORJA, 1987 apud OLIVEIRA, 1999, p. 13).

Segundo Arelaro (1999), ao contrário dos interesses da municipalização do ensino, em especial no estado de São Paulo, significar democratização da sociedade e participação popular, isto nunca esteve nos interesses do Governo . Antes, em 1975, tiveram outros antecedentes pressionados por agências internacionais como o Projeto Pró-Município que transferia recursos para as prefeituras municipais que assumissem o ensino do 1º grau ainda durante o Governo Militar. Os municípios, em sua maioria pobres, da região nordeste rapidamente aderiram ao Projeto visando maior arrecadação de recursos. (Arelaro, 1999, p. 65).

Carlos Jamil Cury destaca que o despreparo técnico por parte dos municípios em acolher esse novo nível de ensino em suas redes se apresenta como justificativa para a entrega da responsabilidade deste nível de ensino ao setor privado e, conseqüentemente, a transferência da lógica do mercado para o setor público, neste caso, para a escola pública.

A rigor, as políticas de descentralização, sobretudo se acompanhadas do atual modo vigente do pacto federativo, significam um repasse de responsabilidade dos escalões nacionais para os subnacionais. Se estes últimos não forem capazes de sustentar suas responsabilidades, o risco é o de haver um deslocamento do público para o privado e aí reside o risco maior de uma competitividade e seletividade, de corte mercadológico, pouco natural aos fins da educação. (CURY, 2001, p. 196 apud ADRIÃO, 2009b)

Com relação a normalização da parceria entre a escola pública e o setor privado, esta se deu a partir da Resolução n. 234 de 2 de outubro de 1995, a qual dispõe sobre escola em parceria. Esta considerava a responsabilidade do Estado em definir meios para motivar parcerias objetivando um processo de "recuperação da qualidade do ensino"; a importância da educação para o desenvolvimento tanto social quanto econômico no Estado; a importância da participação da sociedade na melhoria do ensino paulista público; e por fim "a necessidade de descentralizar e desconcentrar ações de forma a propiciar a autonomia de gestão a nível local". (SEE, 1995)

A resolução incentiva as unidades escolares em conjunto com a Associação de Pais e Mestres (APM) desenvolvam projetos que busquem a "conservação e manutenção do prédio escolar, equipamentos, mobiliário e materiais educacionais, atividades culturais e de lazer, atividades de assistência ao escolar nas áreas socioeconômica e de saúde, programa de capacitação para equipe escolar e reforço escolar aos alunos" sempre aprovados pelo Conselho de Escola (SEE, 1995).

À Secretaria de Educação do Estado caberia garantir que tais projetos fossem condizentes com as diretrizes educacionais da Secretaria de Educação e definir, juntamente com as Delegacias de Ensino, formas de acompanhamento e avaliação dos projetos, incentivando a autonomia da gestão escolar (SEE, 1995).

À sociedade civil a elaboração, juntamente com as unidades escolares, de projetos condizentes ao Programa; a aplicação de "recursos financeiros e, eventualmente, humanos para a realização dos projetos propostos"; e a participação no gerenciamento dos recursos e do projeto visando uma avaliação de resultados (SEE, 1995).

Acerca desta Resolução Adrião (2008) afirma que:

O conteúdo do protocolo ilustra a tendência da política educacional aqui apresentada de descentralizar, para a esfera da sociedade, responsabilidades pela manutenção e melhoria do ensino público. Parece que o estímulo à participação da população se desloca do âmbito dos processos decisórios para a esfera da manutenção física da escola, fortalecendo um discurso que co-responsabiliza o usuário pela qualidade, ou pela má qualidade, do serviço educacional, ao mesmo tempo em que se observa a diminuição da presença do estado na oferta desse mesmo serviço (ADRIÃO, 2008, p. 87).

Convênios entre o município e o Estado também fizeram parte deste processo de descentralização. No Decreto nº 41.054, de 29 de julho de 1996, o qual autoriza a Secretaria da Educação a adotar providências relativas ao Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município e dá providência correlata, o governador Mário Covas autoriza a transferência de unidades estaduais de ensino fundamental para as redes municipais de ensino pelo prazo de até cinco anos (SEE, 1996).

O Decreto n. 45.777, de 26 de abril de 2001, do governo de Geraldo Alckmin, altera este prazo de cinco anos para "prazo indeterminado":

Artigo 1º - O artigo 1º do Decreto nº 41.054, de 29 de julho de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Artigo 1º - Fica a Secretaria da Educação autorizada a transferir unidades

estaduais de ensino fundamental para as redes escolares municipais, por prazo indeterminado, em cumprimento dos objetivos do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município, instituído pelo Decreto nº 40.673, de 16 de fevereiro de 1996."

Artigo 2º - Fica autorizado o aditamento dos termos de permissão de uso já firmados, para constar que passam a ter vigência por prazo indeterminado.

Parágrafo único - A Secretaria da Educação verificará quais termos necessitam de aditamento, remetendo os respectivos expedientes às Procuradorias competentes da Procuradoria Geral do Estado. (SEE, 2011)

No entanto, a intensificação deste processo de descentralização via municipalização no estado de São Paulo se deu a partir do Decreto n. 40.673, de 16 de fevereiro de 1996, que institui o Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para atendimento do ensino municipal – municipalização. (ADRIÃO, 2008)

Segundo Adrião (2008, p. 90), este decreto em seu primeiro artigo institui uma ação conjunta entre estado e município no desenvolvimento do ensino fundamental e sua implantação seria gradativa de acordo com a adesão dos municípios; o estado deveria cooperar por meio da “instituição do processo de avaliação do sistema de ensino, com a finalidade de proceder às correções necessárias para implantação do Programa” (artigo 4), levando em consideração a capacidade "técnica-administrativa-financeira de cada município".

As condições para a municipalização no estado de São Paulo foi reforçada, posteriormente, pela Emenda Constituição n. 14/96, a qual criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) instituindo a obrigatoriedade de que 15% do total dos 25% dos recursos vinculados à educação, de acordo com o Artigo 212 da Constituição Federal de 1988, deveriam ser aplicados para o desenvolvimento do ensino fundamental.

Adrião (2009a) ressalta que o Fundef apresentava um problema de redistribuição de renda:

Como a Constituição Federal não previu no seu texto uma redistribuição da renda nacional – dos estados e municípios mais ricos para os mais pobres – mas, somente, uma descentralização de recursos financeiros do âmbito federal para as esferas estaduais e municipais em torno de 25%, é óbvio que os municípios e estados mais ricos ganharam um pouco mais de condições financeiras do que os mais pobres, que praticamente não resolveram nem de perto, seus problemas de auto-sustentação e muito menos de autonomia financeira. (ADRIÃO, 2009a, p.42).

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), criado em 2007 a fim de se estender até 2020, apresentou avanços no que se refere a destinação de recursos a toda educação básica - da

educação infantil ao ensino médio. Ampliou também os recursos de 15% do antigo FUNDEF para 20% do total dos 25% destinados a educação.

Sobre o processo de municipalização no estado de São Paulo, Adrião e Peroni (2009) concordam e defendem que foi o despreparo técnico dos municípios e a escassez de recursos, em especial dos municípios de pequeno e médio porte, que acabou aproximando a esfera privada e servindo de justificativa para políticas governamentais se apoiarem sobre o setor privado.

CAPÍTULO 2- Grupo Empresarial Positivo - Caracterização e Atuação

2.1- Apontamentos sobre a constituição do Grupo empresarial até 2010

Este capítulo busca apresentar um histórico sobre o Grupo Positivo destacando sua origem e seus mecanismos de expansão. Para tanto foram utilizados os endereços eletrônicos do grupo, imprensa escrita e informações do campo⁴.

Como verificado em pesquisa anterior realizada por Adrião (2009a) a maioria dos grandes grupos que trabalham com sistemas de ensino o Grupo Positivo teve sua origem a partir dos cursos preparatórios para o vestibular em Curitiba – Paraná em 1972. (GRUPO POSITIVO, 2011a):

As empresas com maior presença junto aos municípios [...] são conhecidas como Positivo, COC e Objetivo. Estas três empresas têm trajetórias semelhantes: originaram-se de cursinhos pré-vestibulares bem sucedidos, no sentido de conseguirem aprovar parte de seus alunos em cursos superiores de alta disputa no país, depois criaram escolas próprias que foram ampliadas em vários estados brasileiros por meio de franquias para redes privadas e, mais recentemente, para as redes públicas. (ADRIÃO (coord), 2009a, p. 136).

Em 1972, segundo o site institucional, Oriovisto Guimarães e outros professores criaram o primeiro curso pré-vestibular de Curitiba. Estes fundadores escreveram, organizaram e imprimiram o material apostilado com “metodologia própria” e para sua impressão inauguraram “uma pequena gráfica” situada em uma garagem também na “capital paranaense”. Em seu primeiro ano, o Curso Positivo contava com mais de 3.000 alunos. Em 1975, inaugurou-se a segunda unidade do Curso Positivo e a gráfica foi transferida para uma nova sede e três anos após este ano foi inaugurada sua terceira unidade. (GRUPO POSITIVO, 2011a).

O Colégio Positivo Ângelo Sampaio, criado em 1976, foi destinado aos alunos do ensino médio. O ensino fundamental e a educação infantil foram contemplados com a inauguração do Colégio Positivo Junior em 1977. As demais escolas particulares receberam material próprio quando criou-se o Sistema Positivo de Ensino (SPE) em 1979. Neste mesmo ano foi inaugurada a Distribuidora Positivo que, em 2004, passou a integrar a Editora Positivo. (GRUPO POSITIVO, 2011a).

⁴ Vale ressaltar que a Editora Positivo não concedeu entrevista gravada. A visita à editora ocorreu informalmente.

O Grupo expandiu sua atuação para o ensino superior com a criação das Faculdades Positivo em 1988, cujos cursos oferecidos eram: Comércio Exterior, Informática, Pedagogia, Administração Rural e Administração de Empresas e, segundo o site institucional do Grupo, foi identificada a possibilidade do Grupo iniciar a montagem de microcomputadores para o mercado, em 1989, a partir do curso de Informática da Faculdade Positivo. Fundou-se, neste mesmo ano, a Positivo Informática a fim de se comercializar computadores para Escolas Positivo e demais escolas conveniadas. (GRUPO POSITIVO, 2011a).

Para além dessa negociação com escolas a Positivo começou a vender serviços de informática e equipamentos eletrônicos “para empresas e instituições do poder público” em 1990. No ano seguinte o número de alunos do SPE dobrou com relação a quatro anos anteriores: “em 1987 eram 100 mil e em 1991 já são 200 mil alunos”. (GRUPO POSITIVO, 2011a).

No ano de 1998 o Grupo abriu o Centro de Línguas Positivo (CLP), as Faculdades Positivo se transformam no Centro Universitário Positivo (Unicemp) e o SPE foi adotado por escolas do Japão. (GRUPO POSITIVO, 2011a). Em 1999, inaugurou-se o Colégio Positivo Jardim Ambiental para atender da Educação Infantil ao Ensino Médio em Curitiba. Neste mesmo ano, 400 mil alunos estudavam em escolas conveniadas ao SPE no Brasil e no exterior. (GRUPO POSITIVO, 2011a).

O Unicemp foi transferido para uma área de 415 mil m², em 2000, e a divisão de Tecnologia e Informática da Positivo lançou o Portal Educacional, cujo objetivo seria “complementar o Sistema Positivo de Ensino” (GRUPO POSITIVO, 2011a). Em 2001, a Escola Internacional das Nações Unidas em Nova York⁵ adotou o SPE da língua portuguesa para filhos de diplomatas e colaboradores da ONU. Registram-se, neste mesmo ano, 500 mil alunos vinculados ao SPE em 2.200 escolas conveniadas no Brasil e exterior. (GRUPO POSITIVO, 2011a).

No ano seguinte, o SPE “ganhou” o Portal Positivo⁶ direcionado aos alunos das unidades próprias e aos alunos de escolas conveniadas ao SPE, cuja função seria a mesma do Portal Educacional⁷: “complementar o Sistema Positivo de Ensino”. O Portal Universitário⁸,

⁵ A Escola Internacional das Nações Unidas (UNIS) foi criada em 1947 por um grupo de pais das Nações Unidas para proporcionar uma educação internacional para seus filhos, preservando suas diversas heranças culturais. O que começou como uma creche para 20 crianças cresceu rapidamente, adicionando graus, alunos e professores.

⁶ www.portalpositivo.com.br

⁷ <http://www.educacional.com.br/>

⁸ www.portaluniversitario.com.br

lançado em 2003, destinou-se ao ensino superior e o Grupo passou a deter “os direitos de edição, distribuição e comercialização” do Dicionário Aurélio. Em 2004, a Positivo Informática iniciou a venda de seus computadores em “grandes redes de varejo” e a exportação de mesas E-Blocks⁹ e Alfabeto para Portugal e Estados Unidos. (GRUPO POSITIVO, 2011a).

O Sistema Aprende Brasil de Ensino (SABE), o qual é objeto desta investigação, foi criado em 2005 destinando-se à rede pública brasileira de ensino. Em 2008, o Colégio Positivo Jardim Ambiental e o Colégio Positivo Junior passaram a atender crianças de quatro a cinco anos de idade. Ainda neste ano, ocorreu o credenciamento do Unicemp junto ao MEC como universidade transformando-se na Universidade Positivo.

Dando continuidade a essa ampliação do oferecimento da educação infantil o Colégio Positivo ofereceu o Maternal II para crianças a partir de três anos de idade, em 2009. (GRUPO POSITIVO, 2011a; COLÉGIO POSITIVO, 2011a).

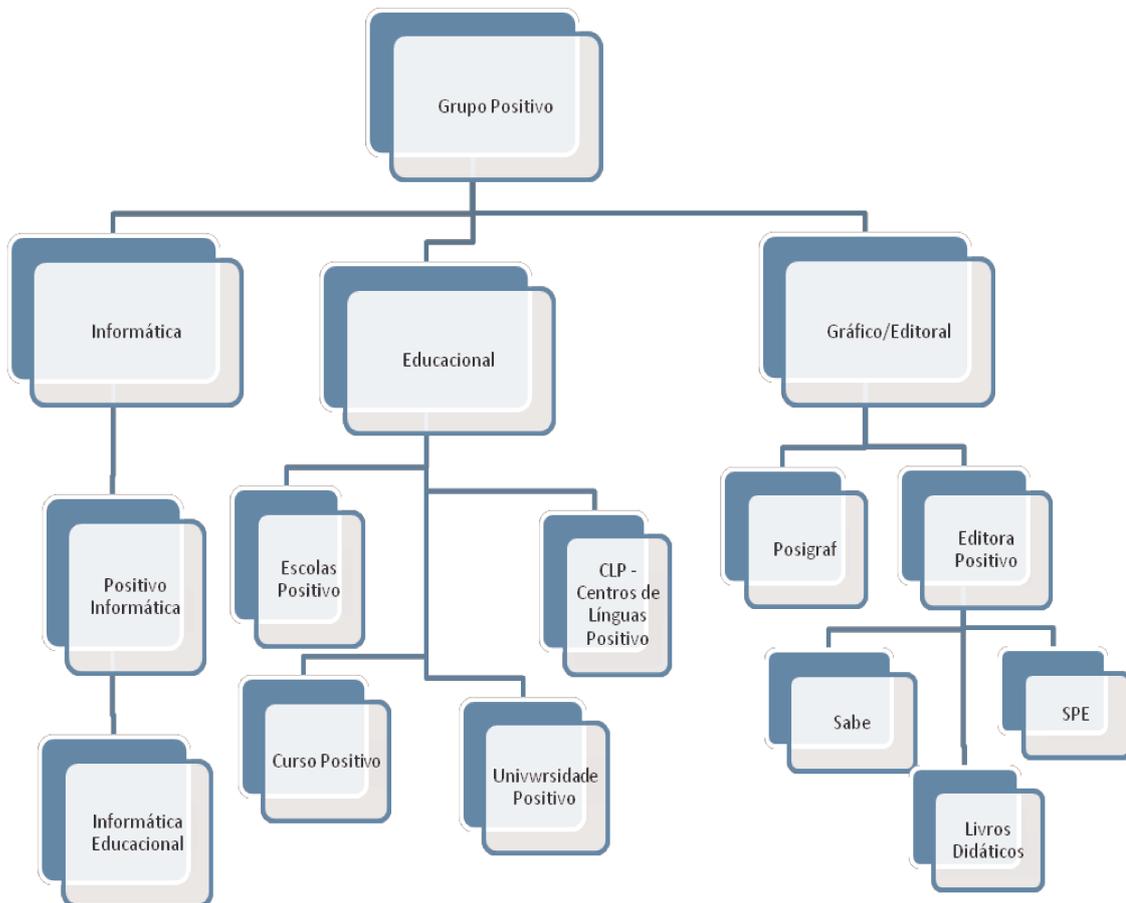
Segundo a notícia “*Escolas abrem ‘filiais’ no Japão*”, publicada em 14 de janeiro de 2002 na Folha de São Paulo on line, o principal cliente do Grupo no exterior é o Japão. O Grupo possui “parcerias com escolas [...] que atendem a filhos de brasileiros residentes no Japão”. Na maioria dos casos, são filhos de imigrantes japoneses que foram para aquele país com seus filhos nascidos no Brasil, mas com planos de voltar no futuro. (DA FOLHA DE SÃO PAULO, 2002)

Em 2010, pode-se dizer que o Grupo Positivo se auto-intitula a maior corporação do país quando se trata de educação e tecnologia possuindo a maior gráfica editorial do Brasil e uma das maiores da América Latina, segundo o site da própria gráfica Posigraf. (POSIGRAF, 2011). O Grupo expandiu-se para todos os níveis educacionais, do maternal II até a Universidade contando com centros de línguas e cursos pré-vestibulares. (COLÉGIO POSITIVO, 2011a;). Em 2011, entretanto, perde seu lugar no mercado nacional de venda de computadores para a empresa americana HP segundo notícia divulgada em 20 de maio deste mesmo ano na Revista ISTOÉ on line. (GALO, B. 2011).

⁹ A Mesa Educacional E-Blocks é composta por blocos codificados com letras, palavras, números e figuras, os quais são encaixados em um módulo eletrônico interagindo com um software especialmente desenvolvido para

2.2 - Estrutura Organizacional do Grupo Positivo

Figura 1 - Organograma do Grupo Positivo



Fonte: A autora com base em Positivo 2011a.

Como pode-se observar a partir deste organograma a Positivo Informática, a Educacional e a Gráfico Editorial são os três seguimentos do Grupo. Estes podem estar interligados ou não.

A Positivo Informática é subdividida em dois setores a destinada a produção de computadores e tecnologias para o mercado em geral e a destinada para o setor educacional produzindo produtos que auxiliam no ensino-aprendizagem como lousas digitais.

Do seguimento educacional fazem parte as escolas próprias do Grupo, o Curso Positivo, a Universidade Positivo e o Centro de Línguas Positivo.

O Gráfico Editorial está dividido entre a Posigraf e a Editora Positivo. A segunda elabora o material destinado ao SABE e ao SPE, além dos livros didáticos.

2.3 - Atuação Junto ao Setor Privado

Objetiva-se aqui apresentar a atuação do Grupo no setor privado por meio do Sistema Positivo de Ensino (SPE) destinado às escolas privadas “parceiras” e às unidades próprias do Grupo Positivo.

O Grupo se expandiu para quase todos os níveis educacionais, desde o maternal II até a Universidade, contando ainda com centros de línguas e cursos pré-vestibulares. Possui escolas próprias e mantém parcerias com escolas privadas que levam seu “logo”. A respeito disto, a notícia “Redes de Ensino crescem até 35% com ‘franquias’”, de 2002, da Folha.com afirmava que:

Na maioria dos casos, essas escolas aproveitam as campanhas de marketing veiculadas pelos grupos e podem ostentar a marca dos parceiros, desde que não deixem de divulgar o nome do colégio, para deixar claro que se trata de uma parceria.

Além da venda do material didático para as escolas, os grandes grupos prometem ajudar, por meio de cursos para professores e visitas às instituições, a melhorar a didática e o projeto pedagógico dessas instituições. (GOIS, A. 2002).

O SPE é destinado à rede privada de ensino e às Escolas Positivo de Curitiba. Quando a escola adquire este sistema passa a ter acesso ao Livro Didático Integrado, ao CD-ROM que possui conteúdo complementar e ao portal educacional. O Portal Educacional é totalmente restrito para conveniados, condição que nos veta o acesso. (GRUPO POSITIVO, 2011c). Segundo o Portal Positivo:

A escola que adquire o material didático do Sistema Positivo de Ensino tem vantagens como: apresentação do material contendo, para cada área do conhecimento, um projeto pedagógico, estruturado em unidades; atividades propostas, acompanhadas de comentários e, conforme a situação, com soluções e respostas; cursos regionais de atualização e aperfeiçoamento; cursos de atualização, por área de conhecimento, para professores. (PORTAL POSITIVO, 2011b).

Acessando a página inicial deste portal encontra-se um espaço para preencher nome de usuário e senha. (PORTAL POSITIVO, 2011a). Assim como o Portal Aprende Brasil este também é dividido em seções: Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental

II, Ensino Médio e Educadores. Essas senhas, segundo o material impresso, "são fornecidas a todos os alunos, professores e equipes técnicas das secretarias que utilizam os Livros Didáticos Integrados." (EDITORA POSITIVO, 2010^a, p.21).

Os links encontrados no portal são: “pesquisa”, “acontece no portal”, “conteúdo” e “referência”, “atualidades”, “colunistas”, “seções mirins”, “almanaque”, “jogos educativos”, “para ensino médio”, “para educadores”, “para sua escola”, “acessórios”, “administrador”, “quem somos” e “contatos”. (PORTAL POSITIVO, 2011a).

2.4 - Atuação Junto ao Setor Público

Busca-se apresentar neste item a atuação do Grupo na educação de municípios paulistas e indicar os produtos oferecidos nesta parceria. Vale ressaltar que o termo “parceria” é utilizado e compreendido aqui conforme Bezerra quando afirma que:

A expressão parceria público-privada (...) implica também na capacidade de intervenção que o setor privado passa a dispor junto à administração pública, por meio da assunção total ou parcial de responsabilidades até então atribuídas ao poder público em sua totalidade. (BEZERRA, 2008, p. 62 – 63).

O Grupo atua com a venda de sistemas apostilados para os municípios e além do “Livro Integrado”¹⁰ traz em sua cesta outros serviços como cursos preparatórios para os professores, serviços de monitoramento do trabalho realizado nas escolas e o portal Aprende Brasil¹¹ o qual, segundo o site institucional do Grupo, tem por finalidade complementar os conteúdos das apostilas. (GRUPO POSITIVO, 2011b).

A atuação do Grupo junto aos governos não termina com a venda de apostilas acrescentando-se a isto a venda de microcomputadores para o MEC. No próprio site institucional da Positivo Informática existe uma seção direcionada para “Governo”¹², que dispõe uma lista de produtos vendidos para o Governo. Acerca dessa parceria, em relatório

¹⁰ Segundo a funcionária “A” da Editora Positivo as apostilas são apenas para os cursos pré-vestibulares, pois o termo “apostila” traz a idéia de padronização e revisão de conteúdos já vistos. No caso da educação básica o Grupo utiliza o termo “livro integrado”. Não se identifica a funcionária por pedido da mesma. A funcionária “A” foi quem apresentou a editora. As funcionárias “B” e “C” foram quem entregou o material impresso institucional.

¹¹ <http://www.aprendebrasil.com.br/>

¹² <http://www.positivoinformatica.com.br/www/governo/>

anual disponível no endereço eletrônico da Positivo Informática¹³, encontra-se o seguinte:

No passado recente, a empresa conquistou os pregões do Ministério da Educação (MEC) em 2006 e 2007, para o fornecimento de computadores para as escolas públicas, e a licitação do Ministério das Comunicações (Minicom) em 2007, para entrega de computadores para centros de inclusão digital. No final de 2008, foi vencedora da maior licitação de computadores já realizada no país, de 214 mil máquinas e 404 mil monitores para o MEC, com a concentração de entregas no ano de 2010. Ao longo do ano, diversos estados realizaram programas de subsídio à aquisição de computadores por parte dos professores, com o objetivo de ampliar o acesso à tecnologia desses educadores, de forma a contribuir no aprimoramento da qualidade do ensino público. A Positivo Informática teve participação destacada nestes editais, valendo citar aqueles promovidos pelos estados de Pernambuco e São Paulo, bem como pelo Distrito Federal. Espera-se que o setor público continue firmemente em seus programas de informatização de escolas, disponibilização de centros de inclusão digital e projetos de capacitação de professores. A Positivo Informática está unicamente posicionada para capturar o crescimento do mercado de governo e de educação, dada sua experiência e origem de um grupo educacional, o que proporciona uma expertise diferenciada para projetos deste segmento. (POSITIVO INFORMÁTICA, 2011a)

Com relação a estas vendas para o setor público, em uma notícia da Folha.com de maio de 2010, a Positivo Informática anunciou lucro líquido de 37,8 milhões no primeiro trimestre do mesmo ano e nesta mesma reportagem, a Positivo Informática, afirmou que essa “performance” de vendas:

[...] foi influenciada pelo maior ritmo de entregas a clientes de governo, que registrou crescimento de 109,7% em relação ao 1º trimestre de 2009, bem como pelo desempenho das vendas ao varejo, cujo crescimento foi de 25,9% na comparação anual. (DA REPORTAGEM LOCAL, 2010).

¹³ http://ri.positivoinformatica.com.br/positivo/web/arquivos/POSITIVO_RA2009.pdf

CAPÍTULO 3 - Sistema Aprende Brasil de Ensino (SABE)

Visto que um dos objetivos deste trabalho é conhecer a atuação do Grupo Positivo junto aos municípios paulistas se faz pertinente apresentar o sistema de ensino oferecido às redes públicas de ensino. Pretende-se neste item realizar uma breve apresentação do Sistema Aprende Brasil de Ensino e dos produtos e serviços oferecidos por este sistema privado de ensino.

Vale ressaltar que o termo “sistema” é utilizado aqui segundo o verbete do Dicionário: Trabalho, Profissão e Condição Docente que afirma:

O termo sistema pressupõe uma opção coordenada e integrada de partes em “um todo que articula uma variedade de elementos que, ao se integrarem ao todo, nem por isso perdem a própria identidade” (SAVIANI, 197, p.206). No mesmo sentido, para Carlos Roberto Jamil Cury, um sistema de educação supõe uma rede que agrega órgãos, instituições escolares, ordenamento jurídico, finalidades e bases comuns. Esses quatro elementos devem coexistir como “conjunto organizado sob um ordenamento com finalidade comum (valor) sob a figura de um direito”. (CURY, 2008, p.1204). Para Cury, no Brasil, não há sistemas privados de ensino, mas sistemas públicos de ensino que incluem redes privadas, tendo em vista principalmente a exclusividade do Estado para validar certificados e diplomas; autorizar o funcionamento de instituições e estabelecimentos escolares e estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional (CURY, 2008, p.1196). Ainda que a expressão “sistema de ensino” seja teórica e juridicamente inapropriada para nomear o fenômeno aqui destacado, seu uso tem sido recorrente para designar uma “cesta de produtos e serviços” voltados para a educação básica e ofertados aos gestores públicos. (ADRIÃO, T.; GARCIA, T. 2010)

Segundo notícia da Folha Notícias on line de 15 de setembro de 2010, a qual traz por título: “*Sistema de Ensino 'Aprende Brasil', que atende a rede pública, está no Saber 2010*” o Sistema Aprende Brasil, neste mesmo ano, estava presente em 1.900 escolas públicas brasileiras e em mais de 160 municípios, atendendo 285 mil alunos da rede pública de ensino, os quais fazem parte dos mais de 10 milhões de alunos atendidos pelo Grupo Positivo (SANTO ANTÔNIO DE POSSE, 2010). Segundo a funcionária “A” o Sistema Aprende Brasil de Ensino atende 18 estados da federação. No entanto, no site da Editora Positivo, visitado em 14 de outubro de 2010, afirma-se que “21 das 27 Unidades Federativas brasileiras utilizam o Sistema de Ensino Aprende Brasil”. (EDITORA POSITIVO, 2011a)

Este sistema foi criado a partir da metodologia dos professores da Positivo para atender a rede pública de ensino. Em questionário enviado por e-mail à Editora Positivo questionou-se que tipo de carências do Poder Público essa iniciativa do Grupo teria ajudado a

suprir. A resposta foi:

O Sistema de Ensino Aprende Brasil surgiu para atuar com o poder público, no propósito de efetivar o direito de todas as crianças e jovens à educação pública de qualidade até 2022, bicentenário da Independência do Brasil, como proposto pelo Governo Federal e sociedade civil no pacto **Compromisso Todos pela Educação**¹⁴. (Editora Positivo, 2011b, grifo da Editora).

Acerca da constituição do Departamento Aprende Brasil, a funcionária “A” contou que a montagem do quadro de trabalho deste setor em 2004, ano anterior ao lançamento desse sistema de ensino, foi praticamente voluntária, pois os funcionários que tiveram contato com escola pública, fosse dando aulas fosse gerenciando, optaram pela migração para o SABE identificando-se com o trabalho.

Com o lançamento do Sistema Aprende Brasil de Ensino, as secretarias municipais que adquiriram tal sistema tiveram acesso aos “Livros Integrados” que tem seu conteúdo complementado no Portal Aprende Brasil; à Assessoria Pedagógica que reúne cursos para a equipe docente e técnico-pedagógica das escolas municipais e da Secretaria de Educação e atendimento pedagógico (0800); ao Sistema de Monitoramento Educacional do Brasil (SIMEB). Este último serviço é disponibilizado ao município para monitoramento dos resultados obtidos com o material apostilado:

[...] uma ferramenta que permite aos gestores [da cidade] acompanharem os resultados e o desempenho do município nas questões educacionais [...] ajudando o prefeito e o secretário de educação [da cidade] a traçarem planos de ação e estratégias para melhoras cada vez mais o ensino da rede pública. (EDITORA POSITIVO, 2010b)

Para melhor visualização segue tabela com tais informações sintetizadas:

¹⁴ Criado em 2006 o Compromisso Todos Pela Educação é financiado exclusivamente pela iniciativa privada e visa alcançar que todas as crianças e jovens tenham direito a educação básica de qualidade até 2022, ano do Bicentenário da Independência do Brasil. Para tanto se instituiu cinco metas, as quais são: toda criança e jovem de quatro a 17 anos na escola, toda criança plenamente alfabetizada até os oito anos, todo aluno com aprendizado adequado à sua série, todo jovem com o Ensino Médio concluído até os 19 anos e investimento em Educação ampliado e bem gerido

Tabela 1 – Produtos e Serviços Oferecidos

Produtos e Serviço	Descrição
Material didático para estudantes e professores (Livro Integrado)	O material é designado como Livro Didático Integrado. Oferecido para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Segundo a empresa, de acordo com todas as orientações curriculares do MEC.
Formação continuada (Assessoria Pedagógica)	Oferece assessoria pedagógica a docentes e equipes técnicas das secretarias de educação.
Avaliação monitoramento (SIMEB)	Anuncia uma ferramenta - o Sistema de Gestão de Informações Educacionais, e monitoramento da qualidade do ensino, sem esclarecer como é realizada a avaliação.
Portal para acesso a conteúdos, propostas de atividades, vídeos e outras formas de apoio.(Portal Aprende Brasil)	Portal Aprende Brasil - disponível para estudantes e professores cadastrados no sistema

Fonte: A autora com base em BERTAGNA, BORGHI, 2011, p.11.

Tais informações confirmam resultado de pesquisas anteriores:

A “cesta” que compõe os contratos firmados entre as prefeituras municipais e a iniciativa privada é integrada por atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas equipes pedagógicas dos órgãos da administração pública e das escolas: formação continuada de educadores, efetivo acompanhamento das atividades docentes; investimento na produção e distribuição de materiais didáticos aos alunos; processos de avaliação externa e interna, entre as principais encontradas. Por essa razão, para além dos problemas pedagógicos derivados da adoção de material instrucional, em alguns casos desde a pré-escola, o que é importante destacar é o fato de que as empresas privadas passam, ao vender os chamados “sistemas de ensino”, a interferir na gestão do próprio sistema escolar público local. (ADRIÃO et al, 2009, p. 806).

A respeito do início das parcerias com os municípios a funcionária “A” informou que, inicialmente, o contato foi dos municípios, mas em 2010 já eram os Departamentos:

Comercial e o Jurídico da Editora Positivo que contatavam os municípios quando estes abriam processo de licitação. A funcionária foi evasiva não respondendo mais nada a respeito e dizendo que estas informações poderiam ser adquiridas por telefone com os departamentos Jurídico e Comercial. Tais informações não foram coletadas, pois os departamentos: Comercial e Jurídico sequer atenderam aos telefonemas. Toda ligação feita era encaminhada diretamente para o Departamento de Marketing, no qual era negado qualquer contato com os demais departamentos.

A tabela seguinte apresenta o início e término das parcerias, bem como as modalidades de ensino para quais foram adquiridas o sistema de ensino.

Tabela 2 - Municípios que adotam/adotaram o Sistema Aprende Brasil de Ensino no período de 2001 a 2010 ¹⁵.

Municípios	Ano de início da "parceria"	Ano de término da "parceria"	Modalidade de Ensino
Nenhuma parceria	2001	--	--
Cabreúva	2002	2004	EI e EF ¹⁶
Ilha Comprida		2007	EF
Tabapuã		Vigora	EF
Patrocínio Paulista	2004	2004	EF
Bocaína	2005	Vigora	EI e EF
Buritizal		2008	EI e EF
Cajobi		Vigora	EI e EF
Catiguá		Não Informado	EF

¹⁵ O período destacado é até o ano de 2010 por ser o objetivo desta pesquisa. Entretanto, na tabela encontram-se parcerias feitas até julho de 2011. Período este que sinaliza o final das ligações realizadas para os municípios.

¹⁶ As modalidades de Ensino foram abreviadas a fim de facilitar a visualização. Educação Infantil: EI; Ensino Fundamental: EF e Educação Especial: EE.

Itapuí	2005	Não Informado	EI e EF
Jarinu		Não Informado	EI e EF
Jaú		2008	EI e EF
Lorena		2008	EI e EF
Macatuba		Vigora	EI e EF
Monte Alegre do Sul		2010	EF
Murutinga do Sul		Vigora	EI e EF
Ribeira		Vigora	EI e EF
Santo Antônio de Posse		Vigora	EI e EF
Uchoa		2008	EI e EF
Guapiara*		2006	2008
Itajú	Vigora		EI e EF
Itapeva	Vigora		EF
Itirapina	Vigora		EI e EF
Monte Mor	Vigora		EF
Novais	Vigora		EI e EF
Panoranama	2006		EI
Porangaba	Não Informado		EI e EF
Zacarias	2010		EI e EF
Catanduva	2007		Vigora
Guapiara		2008	EF
Guatapar		2010	EI e EF
Iep		2007	EF

Lencóis Paulista	2007	Vigora	EI e EF
Santa Bárbara d' Oeste		2009	EI e EF
Tarabaí		2007	EI, EE e EF
Torre de Pedra		2009	EI e EF
Cosmorama	2008	Vigora	EF
Itaóca		Vigora	EI e EF
São Simão		Vigora	EI e EF
Teodoro Sampaio		Vigora	EF
Álvares Machado	2009	Vigora	EI e EF
Birigui		2009	EF
Birigui		Vigora	EI
Campo Limpo Paulista		Vigora	EF
Mongaguá		Vigora	EI e EF
Olímpia		Vigora	EI e EF
Palmital		Vigora	EI e EF
Piquete		Não Informado	EI e EF
Pirapora do Bom Jesus		Não Informado	EF
Potirendaba		Vigora	EF
Santa Isabel		Vigora	EI e EF
São Lourenço da Serra		2009	EF
Taquaritinga		Vigora	EI e EF
Candido Mota		2010	Vigora
Embu-Guaçú	Vigora		EI

Gavião Paixoto	2010	Vigora	EI e EF
Guarací		Vigora	EI e EF
Ibirarema		Vigora	EI e EF
Itú		Vigora	EI e EF
Jaguariúna		Vigora	EI e EF
Maracáí		Vigora	EI e EF
Nuporanga		Vigora	EI e EF
Poá		Vigora	EI e EF
Santa Adélia		Vigora	EI e EF
Suzanápolis		2010	EI e EF
Tarumã		Vigora	EF
Votuporanga		2010	EF

Fonte: A autora com base no Banco de Dados Parcerias Público- Privadas, 2011.

Legenda: (Vigora) Em 2011. * O município adquiriu o sistema privado para EI em 2006 e EF em 2008.

A tabela a seguir apresenta o início da parceria entre os municípios paulistas e o Grupo Positivo nos anos de 2001, 2005 e 2010.

Tabela 3 – Municípios que iniciaram suas “parcerias” em anos previamente determinados:

Ano de início da “parceria”	Municípios Paulistas
2001	--
2005	Bocaína
	Buritizal

	Cajobi
	Catiguá
	Itapuí
	Jarinu
	Jaú
	Lorena
	Macatuba
	Monte Alegre do Sul
	Murutinga do Sul
	Ribeira
	Santo Antônio de Posse
	Uchoa
2010	Candido Mota
	Embu-Guaçú
	Gavião Paixoto
	Guarací
	Ibirarema
	Itú
	Jaguaiúna
	Maracá
	Nuporanga
	Poá
	Santa Adélia

	Suzanápolis
	Tarumã
	Votuporanga

Fonte: A autora com base GREPPE, 2011.

Legenda: (--) Nenhuma parceria

O período delimitado para análise conforme indicado na apresentação deste trabalho corresponde a duas gestões municipais com início em 2001, primeiro ano de aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, até o ano de 2010 que foi o ano de início desta pesquisa.

Analisando a tabela 2 é possível observar crescimento significativo no ano de 2005, ano de criação do Sistema Aprende Brasil de Ensino para municípios paulistas. Enquanto em 2001 não havia parceria entre municípios paulistas e o Grupo empresarial Positivo, em 2002 havia três parcerias e em 2005 o Grupo ligava-se a 14 novos municípios. Assim, somando estas 14 novas parcerias de 2005 aos dois municípios parceiros de 2002 que ainda vigoravam, se contabiliza 17 convênios em 2005. Da mesma maneira se observou na Tabela três que nenhuma parceria havia sido realizada em 2001, enquanto em quatro anos depois (2005) o Grupo ganhou 14 novas licitações. Em 2007 o Grupo concretizou oito novas parcerias totalizando 28 parcerias com municípios e somando 44 no ano de 2010.

Verifica-se um crescimento constante na venda de sistema apostilado para os municípios, pois por mais que municípios encerrem a compra do SABE outras novas parcerias estão sempre surgindo e aumentando significativamente a presença do Grupo Positivo no estado de São Paulo. Durante as ligações realizadas para os municípios pode-se perceber uma forte tendência a adoção de sistema apostilado. Municípios que ainda não possuíam parceria com alguma empresa privada estavam com processos de licitação abertos para a compra de sistema de apostilado. No entanto, faz-se necessário destacar uma tímida resistência por parte de algumas secretarias que fundamentavam sua posição de não adoção de sistemas de ensino afirmando que seus professores trabalham com material escolhidos por eles próprios e destacando a importância da autonomia do professor em realizar seu trabalho até mesmo como fator motivacional para os mesmos.

Considerações Finais

A elaboração do Livro Integrado do SPE e do Livro Integrado do Aprende Brasil (SABE), ocorre em departamentos distintos - espaços físicos separados - dentro da Editora Positivo. Os autores que produzem o material destinado às escolas públicas não são os mesmos autores do material encaminhado para as escolas privadas. Em pesquisa anterior coordenado por Adrião (2009) foi suposto que:

Trata-se de ofertar às escolas públicas um material de menor custo e que não faça frente àqueles existentes nas escolas privadas do município, uma vez que, se assim fosse, poderia haver um relativo êxodo das matrículas para o setor público, estabelecendo-se, ineditamente, uma concorrência intra-serviços oferecidos pela mesma empresa. (ADRIÃO et al 2009, p. 808).

Pensando na estrutura e condições do trabalho docente, em questionário enviado por e-mail à Editora Positivo perguntou-se se a editora considerava haver necessidade de alteração das condições de trabalho dos profissionais da educação das redes públicas. A editora respondeu que:

A educação, pública ou privada, deve oferecer aos seus profissionais condições adequadas para o exercício de suas atividades. No caso da educação pública no Brasil, percebe-se uma transformação nos últimos anos. Sabe-se que ainda não é possível compará-la a países de 1º mundo e nem com aqueles que investiram fortemente nesse setor, como o Chile, por exemplo. O que se pode dizer é que o caminho certo é o do investimento constante, tanto para melhorar as condições de trabalho dos profissionais da área quanto à infraestrutura das instituições de ensino. (Editora Positivo, 2011b)

Concorda-se com a resposta institucional da Editora quando afirma que o setor da educação necessita de investimento constante. No entanto, defende-se que tal investimento, em se tratando de “oferecer aos seus profissionais condições adequadas para o exercício de suas atividades” (EDITORA POSITIVO, 2011b), deveria direcionar-se para a formação inicial e continuada de professores e à infraestrutura para execução do trabalho docente como salas com menor número de alunos e equipadas com materiais necessários para a aula.

Acerca do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) a Editora avalia da seguinte forma:

A Editora Positivo considera o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – voltado à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira – muito importante. Por meio dele, as escolas têm **autonomia para escolher as obras mais adequadas, de acordo com a necessidade de seus alunos**. (Editora Positivo, 2011b, grifo nosso).

Supõe-se, aqui, que o sistema privado de ensino comprado pelas redes públicas priva o professor desta mesma autonomia citada pela Editora Positivo. Segundo Paro (2001) a autonomia pedagógica refere-se:

[...] a um mínimo de liberdade que a escola precisa ter para escolher os conteúdos e métodos de ensino, sem o qual fica comprometido o caráter pedagógico de sua intervenção escolar. Essa autonomia é requerida, por um lado, pela própria natureza de atividade pedagógica que, por seu caráter de imprevisibilidade, não é suscetível de uma completa inflexível antecipação de suas ações, sem comprometer a necessária criatividade que se espera do processo pedagógico. Este processo se realiza entre sujeitos que, por definição, devem gozar de um mínimo de autonomia para exercer essa condição. Da parte do educando, trata-se da garantia de sua atuação como ser de vontade, condição imprescindível para seu aprendizado significativo. Da parte do educador (e da escola como educadora), diante da multiplicidade e riqueza dos métodos e abordagens do ensino, a imposição arbitrária de apenas um ou outros deles para todo um sistema de ensino pode significar a escolha errada para as situações particulares, além de concorrer para a estagnação e o retrocesso na busca de soluções novas e mais adequadas às questões do ensino. A esse respeito, a história da educação tem mostrado o quanto essa multiplicidade e essa riqueza de métodos se deve a uma atitude de constante abertura a novas soluções. (PARO, 2001, p. 113-4 apud MIZUKI, V; DRAGONE, A., 2011, p. 84).

Entretanto, como não era o objetivo desta pesquisa compreender até onde este sistema privado de ensino fere a autonomia dos professores, a questão poderá ser aprofundada em pesquisas posteriores.

Outra questão importante e pertinente para outras pesquisas se trata de compreender o funcionamento e atuação do SIMEB junto às escolas que adotam este serviço do Grupo Positivo. Qual é o controle que as escolas entregam para este serviço de monitoramento? O que esta entrega representa para a gestão da escola e para os alunos?

O professor não é mais um profissional que escolhe seu material de trabalho segundo suas orientações pedagógico-teóricas. Mas sim, este se tornou e se torna, cada vez mais, mero cumpridor de tarefas e reproduzidor de um ensino do qual desconhece seus reais objetivos e consequências. Os sistemas privados de ensino em geral colocam-se, portanto, contra o inciso III do art. 206 da Constituição Federal de 1988 que afirma que o ensino será ministrado com

base, dentre outros princípios, no “**pluralismo de idéias** e de **concepções pedagógicas**, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino”. (BRASIL, 1988, Grifo meu).

A respeito disto Silveira e Mizuki (2011) relembram o que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996) afirma:

em seu artigo 15: “os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público” (BRASIL, 1996).

Além de ferir esses princípios, o sistema privado de ensino traz a idéia de que os professores são mal preparados e precisam de uma “muleta” para conseguirem exercer sua profissão, como tenta demonstrar uma pesquisa realizada pela Fundação Lemann publicada em uma matéria de O Globo em junho de 2010. Tal pesquisa:

[...] foi feita comparando os resultados da Prova Brasil de 2005 e 2007 e revelou, ainda, que quando os professores têm um sistema estruturado de ensino à disposição, **aprendem matérias que não sabiam direito**, apesar de ter que ensiná-las. Eles também passam a não deixar de dar certos conteúdos na sala de aula. A pesquisadora Paula Louzano notou que **o nível de formação dos professores é muito baixo.**” (RIBEIRO, 2010, Grifo nosso)

Novamente retorna-se a questão de ao invés de gestões tanto municipais quanto estaduais proporem políticas de formação inicial e continuada para professores, os mesmos buscam mecanismos de “garantir” esse ensino desvalorizando o profissional da educação. A profissão docente já tão depreciada por diversos fatores como baixos salários e atribuições de responsabilidade pelos fracassos escolares torna-se cada vez mais desvalorizada. Aproxima-se de algo que está se naturalizando que é negar a necessidade de um professor formado em sala de aula. As apostilas fazem todo o trabalho. O professor só precisa reproduzir sem sequer conhecer o conteúdo. Resultado deste pensamento é o crescimento de tutores ou monitores - ambos sem formação superior - nas diversas modalidades de ensino.

A suposta incapacidade docente de elaborar um plano de aula próprio esconde uma questão conhecida para quem pensa políticas públicas em educação no país: a precária formação docente. Romualdo Portela, da Feusp, diz que, ao colocarmos os sistemas de ensino como solução à falta de preparo do professor, esquecemos de resolver uma tríade famosa: a atratividade, a reforma e a retenção nos cursos de formação docente. (REY, 2010).

Percebe-se, também, uma tentativa de homogeneização e de padronização proposta por esses materiais desconsiderando as particularidades e necessidades de cada região e as diversas situações sociais vivenciadas pelas unidades de ensino. Pensando nisto algumas empresas já começam a produzir materiais que buscam aproximar o conteúdo as particularidades regionais.

E por fim a entrega da gestão escolar e da produção de políticas educacionais locais à iniciativa privada. “A educação, direito de todos e dever do estado e da família” conforme propõe a constituição brasileira em seu Art. 205 se transforma em mera mercadoria e a qualidade do ensino passa a ser regida pela lógica do lucro. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

O Grupo Positivo, assim como outros grupos, está ampliando sua atuação junto ao setor público de forma exponencial. Seja com a venda de sistemas privados de ensino, seja com a venda de tecnologia. A legislação possibilita que isto ocorra. E a luta pela construção de uma escola pública e de todos como historicamente se conhece parece se entregar para a iniciativa privada, a qual defende e interessa unicamente seu próprio lucro.

Referências

ABRUCIO, F. L. Avanços e dilemas do modelo pós-burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In: PEREIRA, L. C. B.; SPINK, P. K. (org.). Reforma do Estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 173-199.

ADRIÃO, T. Educação e produtividade: a reforma do ensino paulista e a desobrigação do Estado. São Paulo: Xamã, 2006, 192p.

_____. Oferta do ensino fundamental em São Paulo: um novo modelo. Educação e Sociedade, Campinas, v.29, n.102, p.79-98, jan./abr.2008.

_____. (coord.). Estratégias municipais para a oferta da educação básica: uma análise das parcerias público-privado no estado de São Paulo. 2009a. 366p. Relatório de Pesquisa – Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro.

_____ et al. Uma Modalidade Peculiar de Privatização da Educação Pública: A Aquisição de “Sistemas de Ensino” por Municípios Paulistas. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009b.

_____. (coord.). Sistemas apostilados de ensino e municípios paulistas: o avanço do setor privado sobre a política educacional local. 2011. 109p. Relatório Técnico de Pesquisa - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____; GARCIA, T. Sistema Apostilado de ensino. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.C.; VIEIRA, L.F. (orgs.). **Dicionário:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte, UFMG: 2010. CD ROM.

ARELARO, L. R. A municipalização do ensino no estado de São Paulo: antecedentes históricos e tendências. In: OLIVEIRA, C. et al. Municipalização do ensino no Brasil: algumas leituras. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 61-90.

BEZERRA, E. P. Parceria público-privada nos municípios paulistas de Brotas e Pirassununga: estratégias para a oferta do ensino? 2008. 205p. Dissertação de mestrado – Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro.

BORGHI, R. F.; BERTAGNA, R. H. Sistemas apostilados de ensino: caracterização de três

empresas privadas com inserção em redes municipais paulistas. 2011. Mimeo

BRASIL. Constituição (1988). [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm Último Acesso em: 09 jun. 2011

_____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm >. Acesso em: 16 out. 2011.

_____. [Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm Acesso em: 08 jun. 2011

BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. 1998.

COLÉGIO POSITIVO. História. Disponível em: http://www.colegiopositivo.com.br/colégio_historia.asp Último Acesso em 06/05/2011a

DA FOLHA DE SÃO PAULO. Escolas abrem "filiais" no Japão. Folha de São Paulo online. São Paulo. 14 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u7933.shtml> Último Acesso em: 06/05/2011

DA REPORTAGEM LOCAL. Positivo Informática tem lucro de R\$ 37,8 mi no 1º tri, alta de 344%. Folha.com. São Paulo. 11 de maio de 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u733668.shtml> Último Acesso em: 06/05/2011

EDITORA POSITIVO. Um mundo mais positivo começa pela sua cidade. Curitiba: Editora Positivo 2010a. Panfleto.

EDITORA POSITIVO. Um mundo mais positivo começa pela educação de seu filho. Sistema Brasil de Ensino. Curitiba: Editora Positivo. 2010b. Panfleto

EDITORA POSITIVO. Sistema de Ensino Aprende Brasil. Disponível em: <http://www.editorapositivo.com.br/editora-positivo/sistemas-de-ensino/aprende-brasil.html>

Último Acesso em: 06/05/2011a

EDITORA POSITIVO. Entrevista - RESPOSTAS [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <katia-tamara@hotmail.com; denise_cva@hotmail.com; theadriao@gmail.com em 23 fev. 2011b

GALO, B. Quem vai rir por último? Com ações e lucros em queda, a Positivo perde a liderança no mercado nacional de PCs para a rival HP. Agora, a empresa aposta na diversificação de negócios para reverter esse quadro. Revista ISTOÉ. Ed. 711. 20 de maio de 2011. Disponível em:
http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/57862_QUEM+VAI+RIR+POR+ULTIMO

GOIS, A. Redes de ensino crescem até 35% com "franquias". Folha.com. Rio de Janeiro. 14 de janeiro de 2002. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u7930.shtml> Último Acesso em: 06/05/2011

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS (GREPPE). Banco de dados parcerias público-privadas. Disponível em:
 <<http://www.fe.com.br/lage/educacao/greppe/>> Acesso em: 21 mar. 2012.

GRUPO POSITIVO. Nossa História. Disponível em:
<http://www.positivo.com.br/portugues/grupo/historia.htm> Último Acesso em 06/05/2011a

GRUPO POSITIVO. Educacional. Sistema de Ensino Aprende Brasil. Disponível em:
<http://www.positivo.com.br/portugues/educacional/sabe.htm> Último Acesso em: 06/05/2011b

GRUPO POSITIVO. Educacional. Sistema Positivo de Ensino. Disponível em:
<http://www.positivo.com.br/portugues/educacional/spe.htm> Último Acesso em: 06/05/2011c

OLIVEIRA, C. et al. Municipalização do ensino no Brasil: algumas leituras. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, 128p.

PEREIRA, L. C. B. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. 1998a. p. 21-38.

PEREIRA, Da administração pública burocrática à gerencial. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. Rio de Janeiro: Editora

Fundação Getúlio Vargas. 1998b. p.237-270.

PORTAL POSITIVO. Sistema Positivo de Ensino. Disponível em:
http://www.educacional.com.br/material_didatico/tour/default.asp?Referer=pp Último acesso em: 06/05/2011b

POSIGRAF. Institucional. Disponível em: <http://www.posigraf.com.br/internas/?id=1> Último Acesso em: 06/05/2011

PORTAL POSITIVO. Portal Positivo. Disponível em: <http://www.portalpositivo.com.br/> Último Acesso em: 06/05/2011^a

POSITIVO INFORMÁTICA. Relatórios Anuais. Disponível em:
http://ri.positivoinformatica.com.br/positivo/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=3718 Último Acesso em: 08/06/2011a

PINTO, J. M. R. Financiamento da educação básica: A divisão de responsabilidades. Revista Retratos da Escola, Brasília, v.6, n. 10, p. 155-172, jan/jun.2012, Disponível em: <
<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/156> >

REY, B. Condicionamento Docente. Revista Educação. São Paulo. Ed. 160. Agosto/2010. Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos.asp?codigo=12955> Acesso em: 26/10/2010.

RIBEIRO, M. Uso de apostilas melhora resultado de alunos paulistas na Prova Brasil, diz pesquisa. O Globo. Rio de Janeiro. 29/06/2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/educacao/mat/2010/06/29/uso-de-apostilas-melhora-resultado-de-alunos-paulistas-na-prova-brasil-diz-pesquisa-917009891.asp> Último Acesso em: 08/06/2011

SANTO ANTÔNIO DE POSSE. Sistema de Ensino 'Aprende Brasil', que atende a rede pública, está no Saber 2010. Folha Rede Folha Notícias. Santo Antônio de Posse. 15 de setembro de 2010.
Disponível em: <http://portal.folhanoticias.com.br/noticia.php?id=4942> Último Acesso em: 06/05/2011

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE). Decreto Estadual n. 41.054, de 29 de julho de 1996. Autoriza a Secretaria da Educação a adotar providências relativas ao Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município e dá providência correlata. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/172629/decreto-41054-96-sao-paulo-sp>>

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE). Resolução n. 234, de 02 de outubro de 1995, a qual dispõe sobre escola em parceria. Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/234_1995.htm?Time=9/8/2012%208:55:34%20AM>

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE). Decreto Estadual n. 45.777, de 26 de abril de 2001. Altera a redação do artigo 1º do Decreto nº 41.055, de 29 de julho de 1996, dá providências correlatas. Disponível em: <<http://municipalizacao.edunet.sp.gov.br/>>

SILVEIRA, A. D.; MIZUKI, V. Sobre a legalidade da aquisição e uso do "sistema de ensino privados" na educação pública. Educação: Teoria e Prática – Vol. 21, n. 38, Período out/dez-2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/5266>>

SPINK, P. Possibilidades técnicas e imperativos políticos em 70 anos de reforma administrativa. In BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. 1998. p.141-172.

TÓFOLI, Daniela. Prefeituras de SP terceirizam a educação. Da Folha de S.Paulo online. São Paulo. 30 de janeiro de 2006
Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18312.shtml>> Acesso em 16/08/2010